



COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº _____ DE 2025.

(Da Sra. Ana Pimentel)

Requer a realização de visitas técnicas aos hospitais Maria Amélia Lins e João XXIII, no município de Belo Horizonte (MG), com o objetivo de apurar os impactos do fechamento do HMAL na rede estadual de saúde e a consequente sobrecarga do Hospital João XXIII, em possível violação ao direito constitucional à saúde da população mineira.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais da Câmara dos Deputados, requero a realização de visitas técnicas da Comissão de Saúde aos hospitais Maria Amélia Lins (HMAL) e João XXIII, ambos localizados em Belo Horizonte – MG, com a finalidade de verificar in loco a situação da assistência hospitalar pública prestada à população mineira, em razão do fechamento do HMAL e da sobrecarga imposta ao HJXXIII.

JUSTIFICAÇÃO

A visita se justifica pela necessidade de apuração técnica e institucional da grave violação do direito à saúde da população mineira, especialmente no atendimento ortopédico, diante dos seguintes fatos:





1. Fechamento do bloco cirúrgico do Hospital Maria Amélia Lins (HMAL) desde dezembro de 2024, sob a alegação inicial de reforma, resultando na suspensão de cerca de 250 cirurgias ortopédicas mensais, que passaram a ser realizadas no Hospital João XXIII (HJXXIII), já sobrecarregado com atendimentos de urgência.
2. A transferência dos procedimentos para o HJXXIII causou colapso assistencial, com paralisações de servidores, adiamentos de cirurgias eletivas e impacto negativo no tempo de resposta às urgências ortopédicas e demais especialidades, conforme denúncias de profissionais de saúde e documentos do Ministério Público de Minas Gerais.
3. Em março de 2025, foi publicado edital para terceirização da gestão do HMAL, contrariando o compromisso inicial de reabertura após reformas e levantando suspeitas sobre o verdadeiro propósito do fechamento.
4. O Conselho Estadual de Saúde recusou o edital, e o Ministério Público Estadual ingressou com Ação Civil Pública para reabrir o hospital e impedir a terceirização, obtendo liminar favorável à reativação dos serviços e à suspensão do processo de cessão, ainda que posteriormente revista.
5. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) concedeu liminar determinando que a FHEMIG se abstivesse de assinar qualquer contrato de terceirização do HMAL, diante da ausência de estudos técnicos, financeiros e jurídicos para embasar a iniciativa, reconhecendo o risco de dano concreto ao interesse público.





6. Há registros de paralisação dos servidores do HJXXIII e novos adiamentos de cirurgias eletivas, demonstrando a insustentabilidade do modelo adotado, com impactos severos no acesso e na qualidade da assistência hospitalar pública em Belo Horizonte e em toda a região metropolitana.

A gravidade da situação e seus impactos na rede estadual de saúde exigem ação urgente da Comissão de Saúde, de forma a garantir a fiscalização do sistema de saúde pública e a proteção dos direitos constitucionais da população mineira. A visita técnica permitirá diálogo com profissionais, usuários, entidades representativas e gestores locais, além da coleta de informações diretas sobre a real situação das unidades hospitalares envolvidas.

Sala da Comissão, de 2025.

ANA PIMENTEL

Deputada Federal – PT/MG

